

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

E

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

E

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

E

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS


2

Enquadramento

A permanente evolução das diferentes problemáticas no campo social, fruto, também, da atual conjuntura económico-financeira internacional, implicam o aprofundamento das parcerias entre os vários atores sociais, Estado Central, Autarquias e Instituições da Sociedade Civil.

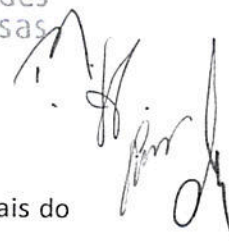
O conjugar de esforços entre as entidades referidas permitirá, para além do combate às diferentes formas de exclusão social, a promoção e a alavancagem de novas formas de Desenvolvimento Local, assentes numa lógica solidária, com tradução na ótica da designada economia social que tem como elemento central a pessoa humana.

Este juntar de sinergias numa perspetiva de inclusão social, contribuirá também, para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, traduzindo desta forma o potencial económico que cada um dos parceiros encerra.

Importa pois, conjugar o Setor Público e o Setor Social, com respeito pela diferente natureza de cada um deles, as suas especificidades e características diferenciadores e que, só assim, potencializam uma intervenção socialmente mais rica e diversificada de conteúdos e estratégias.

A esse propósito não pode deixar de ser recordado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, e através do qual são gizadas as linhas mestras para uma colaboração Institucional, com respeito pelos princípios da Autonomia, do reconhecimento da natureza e dos fins das Instituições, da subsidiariedade, do planeamento e da Participação.

Nessa linha de atuação reiteram-se os ganhos obtidos com esse primeiro documento, a partir do qual foram desenvolvidos os instrumentos de cooperação, mas de igual modo foi materializado o reconhecimento da Rede Solidária e identificadas as áreas de intervenção, estabelecendo-se ainda, a criação de uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento que, desde já, importa reforçar no seu papel, para reajustar a cooperação em algumas das matérias aí inscritas.



De realçar também, a importância dos protocolos e acordos previstos no pacto, pois mais do que contratos, entre o Setor Público e o Setor Social existe uma linguagem própria que assenta na racionalidade do direito social e que deverá ser fomentada.

3

Não obstante os avanços significativos que deverão ser reconhecidos ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade, a necessidade de aprofundar parcerias implica agora, o avanço para o reforço da componente do Planeamento, tendo em vista um adequado equilíbrio entre os recursos disponíveis e as necessidades existentes no terreno.

Este reforço da componente de Planeamento – cuja expressão máxima, mas não única, será a Carta Social Local --deverá ser acompanhado da criação de mecanismos eficazes no controlo da duplicação de equipamentos e serviços a nível local, bem como da tomada de medidas que maximizem a utilização dos recursos já existentes como seja, e por exemplo, a cedência de utilização de edifícios desocupados que se encontrem na propriedade dos Municípios.

Paralelamente, as infraestruturas identificadas em sede de Carta Social Local deverão ser apoiadas pelos Municípios, quer na agilização de eventuais procedimentos de controlo prévio urbanístico, como em qualquer outro tipo de apoios que os Municípios venham a reconhecer.

Esse planeamento deverá ser feito nos diferentes níveis de atuação, Local, Regional e Nacional, sem que tal seja desfasado da visão global do País, e correlacionado com as políticas sociais, levando em linha de conta as entidades mais próximas do cidadão.

A esse propósito cabe recordar a Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro, que define no seu artigo 11º o **princípio da subsidiariedade** assente “no reconhecimento do papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da segurança social, designadamente no desenvolvimento da ação social”.

Também esse planeamento adquire maior importância quando estamos perante entidades que se tornam complementares na sua ação e que a mesma Lei no seu artigo 15º consigna através do princípio da **complementaridade** que “consiste na articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de



melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social."

4

De igual modo, o planeamento deverá ter em linha de conta o princípio da descentralização elencado no artigo 18º da referida Lei e que se manifesta "...pela autonomia das instituições, tendo em vista uma maior aproximação às populações, no quadro da organização e planeamento do sistema e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão e fiscalização das autoridades públicas".

Por outro lado, não podemos deixar de ter em linha de consideração as reformas estruturais em curso, designadamente o quadro legal que enquadra a transferência de competências para as autarquias, desde que devidamente reguladas e contratualizadas.

Assim, por tudo o que já é consagrado pela Lei de Bases da Segurança Social, a qual foi recolher, também, ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade os fundamentos para a sua redação, é chegado o momento de encetar a continuidade do processo de cooperação, tendo em linha de conta os reconhecidos passos já dados e que agora importa retomar, mas de igual modo os desafios de uma Lei da Economia Social que se impõe, ao mesmo tempo que urge renovar e estimular a capacidade de planear e programar investimentos no campo social.

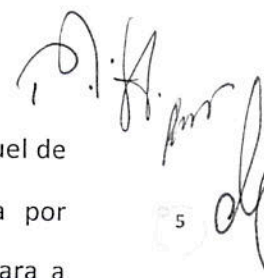
Deste modo, entre

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Fernando Ruas, com sede na Avenida Marnoco e Sousa, 52 em Coimbra, e adiante designada por ANMP

E

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, aqui representada pelo seu Presidente, Pde Lino Maia, com sede na Rua Júlio Dinis, 931, 3º eq., no Porto e adiante designada por Instituições, mantendo a prática desta designação vertida no Pacto de Cooperação para a Solidariedade e da Lei de Bases da Segurança Social;

E



5

A União das Misericórdias Portuguesas, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Manuel de Lemos, com sede na Rua de Entrecampos, n.º9, em Lisboa, e adiante designada por Instituições, mantendo a prática desta designação vertida no Pacto de Cooperação para a Solidariedade e da Lei de Bases da Segurança Social;

E

A União das Mutualidades Portuguesas, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Luís Alberto Silva, com sede na Praça Pasteur, n.º3, 2.º eq., em Lisboa, e adiante designada por Instituições, mantendo a prática desta designação vertida no pacto de Cooperação para a Solidariedade e da Lei de Bases da Segurança Social;

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação que se regerá pelas seguintes cláusulas.

Cláusula I

(Finalidade e Objetivos)

1. O presente protocolo tem por objetivo instituir uma relação de cooperação entre as entidades signatárias no apoio ao combate à exclusão social e com vista à promoção de formas de Desenvolvimento Local assentes numa lógica solidária.
2. Por meio deste é constituído um grupo de trabalho, representativo da ANMP e das Instituições, e que terá como função aprofundar a parceria entre as entidades subscritoras, designadamente nas áreas previstas na cláusula seguinte.

Cláusula II

(Áreas Prioritárias)

1. Para efeitos do previsto na Cláusula I consideram-se áreas prioritárias de parceria as seguintes:
 - Educação;
 - Saúde;
 - Ação Social;



2. Cada uma das áreas identificadas será objeto de análise tendo em vista a promoção e disseminação de práticas que promovam a articulação e complementaridade das respostas sociais existentes no terreno, ou a implementar, valorizando a natureza de serviços de proximidade às populações e com respeito pelo princípio da subsidiariedade, procurando-se o bem-estar das comunidades, com respeito pela natureza específica de cada um dos subscritores do presente documento.

6

Cláusula III

(Planeamento)

1. Tendo em conta a necessidade de potencializar o adequado planeamento na utilização dos recursos disponíveis na área social tem-se como prioritário o estabelecimento de recomendações para a elaboração da carta social local, a qual deve identificar no âmbito do diagnóstico efetuado, as necessidades, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas sociais e os níveis de qualidade no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada município, estabelecendo metas programáticas e temporais.
2. A carta social local deve ter uma forte componente informativa de forma a permitir a articulação e complementaridade de valências e programas existentes.

Cláusula IV

(Obrigações das partes)

As entidades signatárias comprometem-se a:

- a) Proceder à divulgação e sensibilização dos seus associados para o conteúdo do presente Protocolo;
- b) Promover a articulação e complementaridade de serviços prestados pelos associados dos signatários, designadamente na área do fornecimento de refeições, na implementação de atividades de enriquecimento curricular e no desenvolvimento de ATL.
- c) Recolher, junto dos seus associados, as informações necessárias para desenvolvimento das áreas identificadas na cláusula II;



- d) Divulgar as «boas práticas» existentes;
- e) Designar um representante para o grupo de trabalho.

7

Cláusula V

(Grupo de trabalho)

1. O grupo de trabalho previsto no número 2 da Cláusula I adotará como metodologia a realização de reuniões com uma periodicidade mensal, e em regime de rotatividade por cada uma das respetivas sedes dos subscritores, tendo em vista a elaboração da documentação necessária.
2. O grupo de trabalho designará, de entre os seus elementos, um Relator que terá como função redigir, de acordo com os contributos e conclusões dos intervenientes, os documentos a sujeitar aos órgãos diretivos competentes das entidades intervenientes.
3. Em face da complexidade e extensão dos assuntos o grupo de trabalho poderá designar Co-relatores para coadjuvarem o Relator na redação dos documentos previstos.
4. Trinta dias após a assinatura do presente protocolo, o grupo elaborará um plano de trabalho no qual estarão vertidas as linhas orientadoras e as prioridades a ter em conta no âmbito das áreas identificadas nas Cláusulas II e III.
5. O Grupo de Trabalho definirá no plano de trabalho a que se refere o número anterior os mecanismos e periodicidade da avaliação do grau de execução do presente Protocolo.

Cláusula VI

(Período de Vigência e Avaliação)

- 1.O Presente protocolo de Cooperação tem a duração de um ano a contar da data aposta no presente documento, podendo ser objecto de renovação por igual período de tempo, desde que nenhum dos subscritores o denuncie por escrito.
- 2.A decisão de renovação do presente Protocolo de Cooperação terá por fundamento os resultados da avaliação a que se refere o número quatro da cláusula anterior.

Clausula VII

(Disposições Finais)

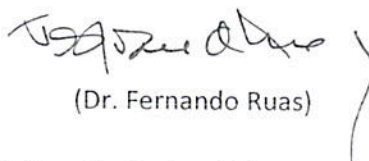
8

Sendo o Estado Central elemento fulcral na criação de condições para a implementação de respostas de combate à exclusão social e ao apoio a pessoas em situação de fragilidade, por meio das políticas sociais que define, e por força dos instrumentos de cooperação existentes e em vigor, será o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, devidamente informado do trabalho desenvolvido no âmbito do presente protocolo.

Coimbra, 12 de Março de 2013


ENTIDADES SUBSCRITORAS

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses



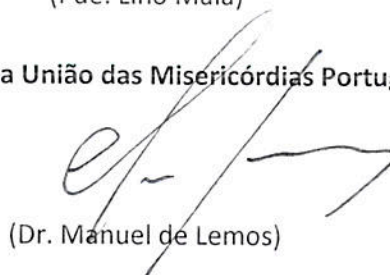
(Dr. Fernando Ruas)

O Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade



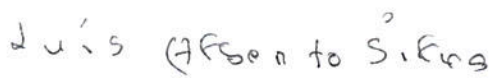
(Pde. Lino Maia)

O Presidente da União das Misericórdias Portuguesas



(Dr. Manuel de Lemos)

O Presidente da União das Mutualidades



(Dr. Luís Alberto Silva)